

---

## ENTRE O MUNDO DA CASA E O ESPAÇO PÚBLICO: UM PLEBISCITO SOBRE A EDUCAÇÃO DA MULHER (RIO DE JANEIRO, 1906)

Irma Rizzini\*

[lattes.cnpq.br/6035943662384263](http://lattes.cnpq.br/6035943662384263)

Alessandra Frota Martinez de Schueler\*\*

[lattes.cnpq.br/4995163093041019](http://lattes.cnpq.br/4995163093041019)

**Resumo:** Partindo da análise dos processos de expansão das formas de participação das mulheres no espaço público e da escolarização feminina na cidade do Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX, este artigo é fruto de uma investigação sobre o plebiscito realizado em 1906 pelo jornal de circulação diária, *O Paiz*, sobre a educação da mulher e os gêneros de trabalho que ela poderia exercer “sem decair”. Durante o mês de abril de 1906, cartas, supostamente escritas por leitores e leitoras, foram publicadas na coluna “Como deve ser educada a mulher”. A abordagem está centrada nas contribuições da história das mulheres com base na perspectiva da construção social das relações de gênero, flexionando-as no plural e conjugando-as a partir de uma perspectiva relacional. Verificou-se, pelos textos das cartas, a polissemia da expressão “emancipação da mulher” no período, sendo necessário atentar para os seus vários sentidos. O exercício do magistério é o ponto de consenso entre os participantes do plebiscito, tendo em vista a “tradição inventada” no século XIX da associação do ensino de crianças a uma suposta natureza feminina, uma construção que poucas participantes ousaram contestar nas cartas. O acesso à imprensa possibilitou a manifestação de alguns dos anseios quanto às posições ocupadas por mulheres naquela sociedade, sobretudo as letradas, que vislumbravam na educação a possibilidade de obter autonomia, reconhecimento e ascensão profissional.

**Palavras-chave:** História da Educação; Educação Feminina; Emancipação feminina; Imprensa Diária; Relações de Gênero.

## BETWEEN THE DOMESTIC WORLD AND THE PUBLIC SPACE: A PLEBISCITE ON WOMEN'S EDUCATION (RIO DE JANEIRO, 1906)

---

\* Doutora em História Social. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (Brasil). Contato: [irma.rizzini@gmail.com](mailto:irma.rizzini@gmail.com).

\*\* Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal Fluminense, UFF (Brasil). Contato: [alefrotaschueler@gmail.com](mailto:alefrotaschueler@gmail.com).

**Abstract:** Based on the analysis of the processes of expansion of women's participation in public space and feminine schooling in the city of Rio de Janeiro during the last decades of the nineteenth century, this article is the result of an investigation on a plebiscite conducted in 1906 by the daily newspaper, *O Paiz*, about women's education and the labor genres that they could perform "without decadence". During the month of April, 1906, letters, allegedly written by readers, were published in the column "How Women Should Be Educated". The approach focuses on the contributions of women's history based on the perspective of social construction of gender relations, using them in plural form and from a relational perspective. The polysemy of the expression "emancipation of women" in the period was verified by the texts contained in the letters, and it was necessary to pay attention to their several meanings. The exercise of teaching is a point of consensus among participants in the plebiscite, considering the nineteenth-century "invented tradition" related to the association between teaching children and an alleged feminine nature, a construction that few participants dared to challenge in the letters. The access to the daily press made it possible to express some of the anxieties about the positions occupied by women in that society, particularly those who were literate and saw education as a possibility of obtaining autonomy, recognition and professional ascension.

**Keywords:** History of Education; Feminine Education; Daily Press; Gender Relations; Women's Emancipation.

\* \* \*

## História das mulheres e relações de gênero

O presente artigo é fruto da pesquisa, ancorada na história social da educação, sobre o plebiscito realizado em 1906 pelo jornal de circulação diária, *O Paiz*, sobre a educação da mulher e os gêneros de trabalho que ela poderia exercer "sem decair"<sup>1</sup>. De modo a compreender a participação de colaboradoras e colaboradores identificados como autores das cartas publicadas no jornal, entre abril e maio de 1906, iniciamos o texto assinando as contribuições da história das mulheres com base na perspectiva

<sup>1</sup> A pergunta lançada pelo plebiscito supõe para o trabalho feminino o risco da decadência moral. Além da conotação sexual presente na expressão "sem decair", o trabalho promovia a possibilidade da constituição de redes de sociabilidade entre trabalhadores/as, o que incluía não só a atividade política, mas a diversão e a vida boêmia (SCHETTINI; POPINIGIS, 2009).

da construção social das relações de gênero. Relacionamos o debate com a historiografia da educação, que vem investigando o acesso das mulheres ao magistério e ao mundo das letras, decorrentes da ampliação da escolarização feminina a partir da segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro.

As mulheres e a constituição histórica das relações entre os sexos têm sido objetos privilegiados da historiografia internacional e brasileira, nas últimas décadas. Neste aspecto foi salutar a contribuição dos estudos de História Cultural, que preocupados com os processos de construção de identidades coletivas, abriram caminhos para a investigação a respeito de uma ampla variedade de grupos sociais até então “excluídos da história”, como mulheres, crianças e jovens, operários, camponeses, escravos e pessoas comuns (PERROT, 1988). Consideradas a partir da diversidade de suas experiências e trajetórias históricas e da multiplicidade de suas condições de classe, etnia, faixas etárias, crenças religiosas, enfim, as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história (SOIHET, 1997). Os estudos evidenciam a reconfiguração das relações de gênero e a construção de representações, em disputa, sobre o masculino e o feminino (BESSE, 1999), fenômeno de caráter transnacional, ocorrido em vários países ocidentais na virada do século XIX e ao longo do século XX (MORGAN, 1997).

Sem dúvida, o movimento feminista dos anos 1970 contribuiu para a emergência da história das mulheres, acompanhando as lutas e campanhas pela afirmação da identidade coletiva e ampliação dos direitos civis, sociais e trabalhistas e a defesa da liberdade de escolha individual das mulheres a respeito de sua sexualidade, suas funções na família e no exercício da maternidade. No entanto, se buscavam construir uma identidade feminina e assegurar importantes conquistas para as mulheres, estes movimentos também sofreram críticas e questionamentos sobre a viabilidade de uma visão homogênea e universal da mulher, tendo em vista que a fragmentação social, conflitos políticos e desigualdades de classe, etnia, religiosidade, trabalho e sexualidade. Deste modo, se fez necessário considerar as diferenças, múltiplas identidades e a pluralidade das vivências his-

tóricas das mulheres, o que punha em xeque não apenas a suposta singularidade feminina como também a existência de um sujeito histórico universal, o que levou à construção teórica da perspectiva de gênero para a análise das diferenças e das relações entre os sexos, considerando-as na sua historicidade e no processo permanente de construção e reconstrução das identidades sexuais (SCOTT, 1995).

O desenvolvimento da história das mulheres e as inovações no campo historiográfico brasileiro têm dado lugar à emergência de inúmeros temas e problemas, ampliando-se a investigação sobre a inserção das mulheres em vários espaços sociais, não apenas no âmbito doméstico, familiar e privado (PRIORE, 1993), mas também nos espaços públicos, nas práticas de educação formais e informais, nos movimentos de luta e na ação social pelos direitos civis e políticos e no mundo do trabalho (SCOTT, 1992; SOIHET, 1997). Os estudos têm destacado a atuação significativa das mulheres no mercado de trabalho urbano e rural, desde o período colonial, bem como a importância de sua participação no sustento econômico e na subsistência das famílias. Não raras vezes, os domicílios e famílias eram conduzidos somente por elas (PRIORE, 1993). Os estudos feministas, em consonância com as lutas por direitos e a interdisciplinaridade da pesquisa de história das mulheres e gênero, colocam em cena “não apenas homens e mulheres, mas “pessoas” ricas, pobres e de classe média, negras, brancas, mestiças, de diversas etnias, de diferentes gerações e orientação sexual. Os feminismos se reagrupam e novos desafios ao universalismo na diferença se avivam em outras referências” (SOIHET; COSTA, 2008, p. 35).

No que se refere às categorias teóricas, a pesquisa segue a trilha aberta por Joan Scott (1995), procurando operar com o gênero como categoria analítica central na investigação histórica. No que se refere à história da educação no Brasil, o impulso inicial pode ser atribuído a pesquisas como as de Guacira Louro (1992; 1997), que há muito trabalha com a perspectiva de gênero. Segundo esta autora (1992), o conceito de gênero, tal qual o de classe, refere-se às múltiplas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres. A sua utilização na pesquisa histórica da educação implica em considerar a construção das diferenças sexuais, construção que

é simultaneamente social, histórica e biológica, além de perpassar a questão da educação como um todo, isto é, influir nos processos formais de educação em sua interação com a totalidade das contradições sociais de classe, gênero e raça (LOURO, 1992).

No século XIX, em uma sociedade marcada pela escravidão e por profundas desigualdades étnicas, sociais e culturais, é impossível descon siderar as diferenças que perpassavam as relações de gênero e a diversidade de arranjos familiares, que implicaram distinções e hierarquizações nas práticas e nas formas de educação, incluindo a formação escolar. As concepções, as práticas e as formas de educação das meninas e meninos, das mulheres e dos homens, integrantes de variados grupos sociais naquela sociedade eram diversificadas, múltiplas, plurais. Por isso, concor dando com Louro, é imprescindível uma leitura da história da educação em que a pluralidade social esteja contemplada, em que os sujeitos, indi viduais ou coletivos, não sejam neutros, mas que, ao contrário, se apresen tem como homens e mulheres, construindo-se no processo histórico, atra vés de suas várias e intrincadas relações de classe, de gênero e de raça (LOURO, 1992).

Os debates em torno da educação das meninas e da ampliação dos direitos das mulheres contaram com a participação de várias professoras, escritoras, jornalistas e intelectuais, que exerceram variados ofícios no mundo das letras, a despeito das interdições e dos discursos restritivos à atuação do sexo feminino na esfera pública. Afastando-se do ideário que preconizava a obscuridade das mulheres no século XIX e início do XX, in terpretado por determinado viés da historiografia como tempo de longa dominação e de absoluta submissão, os estudos de Chamon (1996), Louro (1997), Almeida (1998), Muniz (2003), Muzart (2003), Gouvêa (2004), Chamon (2005), entre outros, permitem perceber a progressiva inserção de mulheres no mundo letrado, nas escolas e na profissão docente. Parti cipando de múltiplas redes de sociabilidade intelectual, algumas mulheres utilizaram as práticas da escrita como veículo de representações e concep ções distintas sobre as relações de gênero na sociedade oitocentista. Atra vés da imprensa e da produção escrita de poesias, romances, textos didá-

ticos, manuais de comportamento e de civilidade, textos e obras destinadas ao uso escolar, estas mulheres acionaram a pena, visando à ampliação de sua participação na sociedade e à reivindicação de direitos, como o direito à instrução e à educação formais (BICALHO, 1998).

Este movimento se constituiu de maneira concomitante ao crescente ingresso das meninas nas escolas públicas e particulares, processo observado em várias cidades e localidades do território brasileiro nas últimas décadas do século XIX. A expansão da educação primária e profissional no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1870 e 1940, levou a um aumento significativo dos índices de alfabetização detectados pelos censos, sendo que o número de mulheres alfabetizadas cresceu quase três vezes mais do que o dos homens (FRACCARO, 2016). No recenseamento da população realizado pela prefeitura do Distrito Federal em 1906, ano do plebiscito analisado neste trabalho, um pouco mais da metade dos habitantes foi considerada alfabetizada (51,89%), percentual semelhante ao registrado pelo censo de 1890 (51,72%). Os homens continuavam a ter um índice maior de alfabetizados, quando 56,30% deles sabiam ler de acordo com o censo de 1906, enquanto 46,02% das mulheres se enquadravam nesse grupo (Recenseamento do Rio de Janeiro, 1907, p. 111). Os percentuais de mulheres dadas como alfabetizadas pelos censos nacionais de 1890 e 1920 para o país no todo foram bem mais modestos: 10,4% e 19,9%, respectivamente (FRACCARO, 2016). Estes indicadores, embora não devam ser tomados como “reflexos” da realidade, podem ser relacionados à grande disparidade entre a escolarização urbana e a rural característica dos séculos XIX e parte do XX, conforme apontam os estudos sobre processos de escolarização em várias regiões urbanas e rurais do país.

A temática da atuação das mulheres no espaço público por meio do magistério esteve presente nos debates sobre a emancipação feminina veiculados na grande imprensa e na imprensa pedagógica da cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX. Especificamente, tratamos no âmbito deste trabalho, do plebiscito realizado pelo jornal de circulação diária, *O Paiz*, durante o mês de abril e início de maio de 1906, intitulado *Como deve ser educada a mulher*, com a participação de homens e mulheres da

---

cidade e de outras localidades do país, por meio de cartas publicadas em várias edições do jornal<sup>2</sup>.

### **Embates sobre a educação e o papel da mulher na sociedade brasileira: o plebiscito de 1906**

A participação de mulheres no mundo das letras, muitas delas com experiência de atuação como professoras, diretoras de escolas, e no século XX, como inspetoras escolares da Instrução Pública do Rio de Janeiro, vem sendo analisada por uma produção consistente, cuja abordagem se encontra focada nas relações de gênero, a partir de uma perspectiva relacional. Nota-se que, a despeito do plebiscito lançado pelo jornal *O Paiz* ter por tema a mulher, o convite dirigia-se ao público em geral, homens e mulheres, tendo se constituído em uma arena de debates e embates sobre o papel social do dito “sexo fraco” naquela sociedade. Como vem sinalizando a historiografia, as mulheres, tomadas no plural e na heterogeneidade de suas condições de classe e raça, estavam inseridas em vários espaços da vida pública no período.

Começamos por retratar o jornal em questão. Segundo Barbosa (2000), *O Paiz* foi fundado em 1884, apresentando quatro páginas e uma tiragem de 12 mil exemplares diários. Em 1900, possuía uma estrutura gráfica acanhada, se comparada a outros jornais da época. A partir de 1905, o periódico aumentou o seu número de páginas, com a publicação de anúncios, especialmente os oficiais. Nesse ano, sob a direção do jornalista Alcindo Guanabara, *O Paiz* incentivou a participação de escritoras, particularmente Carmem Dolores<sup>3</sup>, abrindo-lhe a carreira do jornalismo, contando também com a colaboração regular da escritora Julia Lopes de

---

<sup>2</sup> *O Paiz* encontra-se disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>3</sup> Pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo. Sua filha, Cecília Moncorvo Bandeira de Melo, também adotou pseudônimos na sua carreira de escritora e cronista do *Paiz*.

Almeida (GARZONI, 2012). Muitos dos temas tratados por elas diziam respeito às relações entre homens e mulheres, inclusive em termos concorrenciais, como foi o caso do trabalho e da educação, especialmente a superior. Além das colunas e cartas das colaboradoras, pode-se observar em suas páginas notícias envolvendo as lutas pela emancipação feminina, em termos de acesso às profissões tradicionalmente identificadas com o sexo masculino e à participação política, como o direito ao voto.<sup>4</sup> O jornal incentivou a colaboração de leitoras e potenciais leitoras ao promover enquetes diversas, abertas também às mulheres, como a dos sentidos da educação feminina. Ao longo da década, o periódico adotou medidas de modo a aumentar a sua circulação, por meio de concursos, plebiscitos e inquéritos, como o do “ensino nacional”<sup>5</sup>, realizado concomitantemente ao da educação da mulher. Eram estratégias para atrair o público interessado, especialmente o feminino, que desde o século anterior, também consumia e atuava nas colunas e jornais femininos (OLIVEIRA, 2009). Os editores do jornal estavam cientes da importância deste público na concorrência com outras folhas para aumentar a circulação do periódico numa cidade em que quase a metade da população alfabetizada era formada por mulheres.

---

<sup>4</sup> Um exemplo emblemático desta atuação é o de Myrthes de Campos, que travou intensas lutas para ingressar no Instituto da Ordem dos Advogados e pela participação política. Ela se bacharelou em 1898 na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e o processo de filiação no IOAB se arrastou até 1906, quando foi admitida na corporação dos bacharéis, a qual, desde a sua fundação, em 1843, nenhuma mulher havia pleiteado o ingresso nesse “espaço masculino por excelência” (GUIMARÃES; FERREIRA 2009, p. 137-140).

<sup>5</sup> Marques (2015) informa que o jornal mobilizou vários intelectuais com o intuito de identificar os principais problemas da crise da educação nacional, dando voz a vários dos “entendidos” e “competentes”, com experiência na área educacional. Nota-se que dentre os 12 convidados a opinar, não constava nenhuma mulher, a despeito da massiva participação feminina na instrução popular e das tensões e contradições que permeavam a educação da mulher, levando o próprio jornal a abrir um plebiscito sobre o tema. A ausência indicia as cisões e disputas presentes no campo educacional, orientadas pela visão “generificada” (GARZONI, 2012) do papel de homens e mulheres na gestão da instrução pública.

Assim, na edição de 3 de abril de 1906, os redatores do *Paiz* anunciaram, em meio à publicação de uma foto do Colégio da Imaculada Conceição<sup>6</sup> e um artigo intitulado *Os liceus femininos na Europa*, o plebiscito *Como deve ser educada a mulher*. Na página 4, os leitores foram avisados que:

*O Paiz* abre entre seus leitores um plebiscito para solução deste grave problema social. A mulher deve ser educada para pelo casamento ser sustentada pelo homem; ou para tornar-se hábil a prover a sua própria subsistência pelo seu trabalho? Se admitir a primeira hipótese, em que consiste a educação feminina para o casamento? Se preferis a segunda, quais são os gêneros de trabalho em que a mulher pode sem decair, ganhar a vida em nossa terra? Recebemos ontem várias cartas, contendo respostas a estes quesitos, e começamos hoje a publicação, como prometemos. (*O Paiz*, 3 de abril de 1906, p. 4).

Os votos dos participantes assumiram o formato da escrita epistolar, dirigidas ao “Sr. Redator” e finalizadas com uma “assinatura”. Esta modalidade de participação nos debates da imprensa, por parte de figuras célebres e pessoas comuns, nos remete a uma tradição consolidada nos periódicos de grande circulação.<sup>7</sup> Publicadas na coluna temporária *Como deve ser educada a mulher*, de forma intermitente, eram de tamanho variado, porém claramente limitado pelo espaço dedicado à seção, que recebia duas a quatro cartas de vez. As cartas receberam três tipos de assinaturas: nome com sobrenome, iniciais e um único nome. Muitos claramente empregaram pseudônimos. Conforme alerta Leriche Garzoni (2012), não é possível saber se as cartas foram escritas pelos/as leitores/as ou pela redação do jornal. Também não há garantias de que o/a autor/a fosse do sexo indicado na carta. É interessante observar que é muito comum a assinatura ser precedida por uma referência à fidelidade do missivista ao jornal em questão (“assídua leitora”; “vosso constante leitor” etc.). Uma estratégia para agradar e vê-la impressa no jornal? Uma licença dos redatores para exibir a popularidade do jornal?

<sup>6</sup> Instituição católica para a educação de meninas, fundada no século XIX.

<sup>7</sup> Sobre a escrita epistolar na grande imprensa, ver Sena (2014).

Carmen Dolores, ao comentar o plebiscito em sua coluna *A Semana*, poucos dias após o início da divulgação dos votos, previu a chegada de um “aluvião de respostas, que talvez o novo edifício do Paiz ainda não seja suficiente para contê-las todas em a sua prolixidade meridional”, afirmando que a cada dia surgiam missivas das mais variadas espécies: “sábias, moralistas, galantes, literárias, irônicas, trocistas, líricas, sinceras, idiotas”. Ela mencionou a mobilização acionada pelo plebiscito entre as mulheres nas perfumarias e na confeitaria Colombo. Seu relato indicia duas questões: mulheres e homens enviaram cartas à redação do jornal; se foram publicadas, e nesse caso, qual foi critério de seleção, e se sofreram cortes, etc., são questões que não conseguiremos responder, mas podemos ponderar que, provavelmente, leitoras e leitores em potencial gostariam de encontrar suas opiniões nas páginas do jornal. É crível supor que os redatores tiveram o cuidado de publicar pelo menos parte delas. Outra questão sensível refere-se ao estrato social dos autores e leitores das cartas. Carmen sugere que são oriundas das camadas mais abastadas, as frequentadoras das perfumarias e da concorrida confeitaria Colombo, situada à rua Gonçalves Dias, próxima à rua do Ouvidor, local de concentração de lojas de modistas e cafés onde se reunia a intelectualidade carioca (MELLO, 2007). Raríssimas são as situações em que leitoras identificaram sua profissão ou posição social. *Beatriz Alexandre*, casada com filhos, afirma ter sido professora particular, e que atuava como telefonista no momento, apesar da insistência do marido para que largasse o trabalho (*O Paiz*, 4 de abril de 1906, p. 3). *Adelina Ramos* esclarece que tem “um marido exemplaríssimo, suficientemente burguês para ser chefe de família e bastante industrial para me preservar de dificuldades” (Idem). Para o leitor *Alvaro Cruz*, o plebiscito dirigia-se à “mulher burguesa, a mulher de que nos fala o *Paiz*” (*O Paiz*, 22 de abril de 1906, p. 8), mas seria um erro assumir tais generalizações. Ademais, conforme já abordamos, o acesso às letras, pela expansão da escola pública primária nas últimas décadas do século XIX, e também pelas práticas difusas de aprendizagem e letramento, ampliou consideravelmente o público feminino capacitado para a leitura, incluindo segmentos populares e médios.

Na primeira carta publicada, por uma suposta leitora que assinou por *Pateta*, foi empregado um tom de deboche em relação aos anseios de emancipação feminina por parte das leitoras e colaboradoras do jornal. Votou pela educação da mulher para o casamento, estabelecendo para ela uma posição de submissão ao marido - “Perdoar as fraquezas do marido, ser muito meiga, carinhosa, indulgente e muito cuidadosa do lar”, – muito semelhante, aliás, à argumentação empregada por leitores identificados como homens. No entanto, a missivista defendeu a instrução da mulher tanto quanto a do homem, atentando para a diferenciação entre instrução e educação, muito comum no século XIX. O sentido de instrução vinculou-se nas cartas à aquisição de conhecimentos gerais para a ilustração da mulher e técnicos para a sua profissionalização, esta última defendida, na maioria das vezes, para as moças solteiras, as separadas e as viúvas. A educação se avizinhava à ideia da formação moral e da virtude, muito embora nem sempre fosse clara tal distinção nos textos analisados.

Na contramão do que se deveria esperar, a defesa da independência da mulher, na abertura da divulgação dos resultados do plebiscito, veio de uma voz identificada com o sexo masculino. O leitor assinado *Galdino*<sup>8</sup> recorreu à associação entre a mulher casada e a cortesã, nada incomum num período de intensos debates sobre o divórcio, tema que foi alvo de um concurso do jornal *Correio da Manhã*, em 1907, com “106 colaborações assinadas por nomes ou pseudônimos que remetiam a autoras do sexo feminino” (GARZONI, 2012, p. 21). Portanto, *Galdino* não foi o único que comparou o casamento por interesse pecuniário à prostituição, porém, esta foi a única carta na qual o casamento como instituição social foi questionado. Defendeu que “a mulher deve ser independente”, porém corroborou com a visão dominante de que deveria se dedicar às ocupações pertinentes às suas “forças” – leia-se, ao seu sexo. Incluiu aí, o trabalho no comércio, na área de escrituração. Outros defenderam também sua atuação na escrituração junto às repartições públicas. A carta de *Galdino* apontou também para uma questão recorrente nesse debate: a educação e o trabalho da mulher condicionados à sua posição ou classe social. A questão de

<sup>8</sup> O sobrenome estava ilegível.

classe foi sugerida por alguns dos/as leitores/as, relacionando o trabalho ou certas profissões, como também um certo tipo/nível de educação, às mulheres das camadas populares.

As diferenciações de classe no trato do polêmico tema da educação, e especialmente, do trabalho da mulher casada, estavam presentes também entre as colaboradoras que votaram pela emancipação feminina. No dia 23 de abril de 1906 foi publicada uma extensa carta de uma leitora, elencando as vantagens da educação para as mulheres casadas. Suas ponderações indicam a existência de diferentes sentidos de educação feminina na hierarquia social: se rica, a mulher seria uma “joia” lapidada, sem precisar labutar pela vida; se proveniente das camadas médias, a profissão lhe daria independência; para a mulher pobre, nenhuma dessas benesses estaria garantida. Para as mulheres pobres e trabalhadoras, restaria apenas o mote empregado desde o século XIX para a educação dos desvalidos: “tornar-se-á útil à sociedade, à família e a si mesma”.

Não será possível, no escopo deste trabalho, analisar os textos de todas as cartas publicadas, porém é importante atentar para o fato de que, com a organização da enquete, os editores incentivaram a ampliação da agenda de debates sobre a emancipação feminina, e também sobre o seu reverso, ou seja, a divulgação de posições que advogavam a manutenção do *status quo*, visando à preservação da mulher no espaço doméstico, como espinha dorsal da sociedade, responsável pela solidez do modelo de família dominante. Assim, o periódico tinha o papel de fomentar as discussões e estimular a participação dos leitores e leitoras, o que ocorreu nas semanas seguintes. No próximo item, privilegiaremos a análise a respeito dos votos pela emancipação da mulher, pela educação e pela ampliação do trabalho feminino. Na maioria das vezes, as cartas publicadas difundiam representações “generificadas”, demarcando performances, comportamentos e atribuições relacionadas às supostas identidades do masculino e do feminino. Ao prescreverem ocupações relacionadas a uma “natureza feminina”, as/os missivistas enfatizavam, para as mulheres, o exercício das funções tradicionais no âmbito doméstico, o destino da maternidade e o cuidado da casa, dos filhos, dos maridos e pais. Porém, esses discursos também apresentavam ambiguidades e contradições, apontando para as

mudanças e as tensões sociais nas relações sociais de gênero, na medida em que defendiam o ingresso massivo das mulheres no magistério e também admitiam a sua entrada nas profissões de histórico predomínio masculino, tais como a medicina, a advocacia, as letras e a escrituração comercial e pública.

### **Os diferentes sentidos da “emancipação da mulher” nas cartas publicadas no *Paiz***

A expressão “emancipação da mulher” foi empregada nas cartas por autores de ambos os sexos (ou assim identificados), sempre de forma apaixonada, para enaltecê-la ou combatê-la. Os argumentos eram variados, mas nada estranhos aos debates da época sobre as mulheres e seus movimentos por emancipação, também nomeados na imprensa como “feminismo”. A expressão “emancipação da mulher” era polissêmica. Portanto, é preciso atentar para os seus vários sentidos, seus emissores e os lugares de sua manifestação/publicização. No caso aqui analisado - o de um plebiscito lançado por um periódico de grande circulação na capital da República, no qual se discutia os papéis femininos e masculinos na família -, os significados então atribuídos à expressão emancipação da mulher revelaram-se contraditórios e plurais, por meio da tematização de questões, como, por exemplo, o casamento (e a possibilidade de sua ruptura legal com o divórcio), a educação, o trabalho e a presença das mulheres nos espaços públicos.

A carta de *Abilio Whilton* serve de alerta para os perigos do anacronismo ao nos defrontarmos com a palavra “emancipação” nas fontes. O autor desta carta reconheceu que a emancipação da mulher preocupava os “espíritos reformadores”, sinalizando para as diferentes concepções sobre o termo, ao afirmar que as opiniões eram diversas sobre este “importante problema sociológico”, classificadas por ele como aceitáveis, irrisórias e absurdas. O que considerava aceitável era a educação doméstica da mulher

para o matrimônio. Eventualmente, nos casos de necessidade e fatalidades, tais conhecimentos e habilidades poderiam ser-lhe úteis para a sua independência. Educar a mulher para o matrimônio seria a preservação da família como instituição, “a mais sagrada e sólida garantia do equilíbrio social” (*O Paiz*, 7 de abril de 1906, p. 3).

Um aspecto marcante dos posicionamentos, mais comuns entre os homens, mas também presentes em algumas cartas atribuídas a mulheres, era a visão hierarquizada sobre a independência feminina. A questão dos direitos diferenciados segundo a condição jurídica e de classe das mulheres era um ponto de grande tensão nos debates sobre a educação e o trabalho femininos, com posições mais ou menos conservadoras entre os colaboradores e o público leitor, incluindo tanto os homens como algumas mulheres. Havia também posições discordantes que rompiam com tais distinções, como foi o caso da advogada Myrthes de Campos, que defendia a igualdade de condições e os mesmos direitos para mulheres casadas e solteiras. É bom lembrar que nesse período a mulher casada sofria restrições nos seus direitos civis, sendo subordinadas à outorga marital para o exercício de atos jurídicos, inclusive, não tendo livre disposição de seus bens e\ou proventos, legislação em curso em vários países do continente e também da Europa. As restrições aos direitos civis e aos direitos do trabalho feminino, no Brasil e no mundo, foram questões tratadas pelo *Paiz* na edição de 18 de abril de 1906, na seção intitulada *O salário da mulher*, publicada ao lado da coluna sobre o plebiscito em análise.

Os laços que uniam esposas e maridos levaram colaboradores/as a recorrerem à metáfora da escravidão para retratar a condição de submissão da mulher no casamento. Um suposto leitor associou o casamento à escravidão para defender o direito das mulheres ao trabalho e admitiu como profissões para as moças, o magistério ou a medicina, pois essas funções não lhes tirariam “as doçuras do sexo”, além de lhes garantirem “posição digna e independente” (*O Paiz*, 8 de abril de 1906, p. 6). Garzoni (2012, p. 96) esclarece que muitas das referências à escravidão no início do período republicano eram uma forma de entender “novos” problemas por meio de “velhas” chaves de compreensão. Colaboradoras da enquete sobre o divórcio, realizada pelo *Correio da Manhã* em 1907, equipararam

as esposas às escravas submetidas aos senhores, situação agravada devido à indissolubilidade do casamento.

Na maior parte das cartas publicadas pela enquete do jornal *O Paiz* admitiu-se o trabalho das mulheres, conforme sua condição jurídica e social. O exercício do magistério apareceu como um ponto de consenso entre os colaboradores\editores do periódico, tendo em vista a “tradição inventada” no século XIX da associação do ensino de crianças, meninas e meninos, à “natureza delicada, doce, carinhosa e paciente” do “sexo fraco”.<sup>9</sup> Essa representação era hegemônica, considerando o conjunto das cartas publicadas, tendo em vista que poucas missivistas (e nenhum dos leitores do sexo masculino) ousaram contestar. Entretanto, o tema não era um consenso à época, quando ampliamos o leque de observação e atentamos para os debates e tensões causadas pela interdição de acesso dos meninos na Escola Normal do Distrito Federal, medida tomada pela direção da Instrução Primária e Secundária Municipal, em 1897, com o objetivo de incentivar o ingresso das mulheres no magistério público primário. Segundo Marina Uekane (2016), tal medida, que vigorou até 1907, foi intensamente discutida pelas autoridades, por professores e professoras, pais e mães de alunas e alunos da Escola Normal, cujos debates ocuparam as páginas de grandes jornais, como o próprio *Paiz* e a *Gazeta de Notícias*. Homens e mulheres apresentaram posições favoráveis e contrárias a interdição do ingresso dos meninos na escola de formação, inclusive alguns professores do sexo masculino, e algumas professoras, defenderam a importância dos homens no exercício da função docente e a centralidade do exemplo masculino na formação dos meninos.

Do mesmo modo, embora o magistério tenha emergido como uma função bem adequada às mulheres, sob os argumentos variados relacionados à suposta natureza feminina e à domesticidade, na enquete do jornal *O Paiz*, não se deixou de registrar as fragilidades e as contradições nas op-

---

<sup>9</sup> No período dominava a presença feminina no magistério primário das principais cidades brasileiras. No Distrito Federal, 84% dos postos do ofício eram ocupados por mulheres em 1912 (IBGE. Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912, citado por PENA, 1981, p. 115).

ções profissionais então abertas ao sexo feminino no período. As mais aceitas eram o magistério primário e a costura, ambas direcionadas a um contingente oriundo das camadas médias de estrato baixo e às classes populares.

No entanto, em meio às disputas e tensões, outras opções surgiam, com a conquista de algumas poucas mulheres que ingressaram nas escolas secundárias e superiores, fazendo com que a medicina, o direito, a engenharia, redutos tradicionais dos homens, começassem a ser vislumbradas como possibilidades nas experiências históricas femininas (PENA, 1981; BESSE, 1999). Sem falar no quantitativo, cada vez mais expressivo, entre os anos de 1890 a 1920, de meninas e mulheres trabalhadoras no setor de serviços urbanos, no comércio e nos escritórios, sobretudo, nas oficinas de manufaturas, nas fábricas e indústrias têxteis, nas principais cidades brasileiras (PENA, 1981).

Os editores e leitores do periódico selecionaram, talvez, com intencionalidade evidente, por meio da enquete e das cartas, posições que consideravam hegemônicas e que mantinham a hierarquização e a desigualdade social entre os gêneros. Este foi o caso de um leitor que repudiou inclusive as ditas ocupações mais pertinentes ao sexo – a costura ou o professorado. O assinado *Alfredo Neri* defendeu o casamento como “a aspiração justa e natural da mulher”. Este não é o único missivista que assumiu um tom prescritivo na carta, produzindo um texto de caráter pedagógico, no reforço das funções tradicionais das mulheres na sociedade. Sua estratégia foi lembrar aos leitores as agruras do trabalho fora do lar. Descreveu a exploração das costureiras pelo trabalho excessivo e mal remunerado, tanto pelo poder público quanto pelo “negociante sem alma”. No professorado particular, argumentava, as candidatas ao cargo precisavam enfrentar a concorrência das diplomadas, e essas, o patronato, pois além dos sacrifícios exigidos para cursar a Escola Normal, “as estagiárias aguardam anos e anos a nomeação de professora, resultante quase sempre, mais do patronato do que da competência!” (*O Paiz*, 8 de abril de 1906, p. 6). Analisando os embates em torno da formação dos professores primários na Escola Normal do Distrito Federal, entre 1892 e 1912, Uerkane (2016) ob-

serva que a contestação às nomeações era recorrente, bem como as denúncias de pistolões, indicando que os preterimentos de direitos poderiam ser comuns. *Alfredo Neri* demonstrou, em sua carta, estar acompanhado de perto os conflitos em torno da formação e da nomeação das professoras.

Contudo, como já observamos, as opiniões sobre o trabalho das mulheres não se encontravam limitadas a essas atividades. Alguns leitores e leitoras ampliaram consideravelmente o rol de profissões passíveis de serem assumidas por mulheres, a maioria exigindo considerável investimento na formação, portanto, restritas a um determinado segmento social. *André Silva* foi outro autor que seccionou o papel das mulheres na sociedade, pois ela poderia concorrer com os homens na luta pela vida caso lhe faltasse seus protetores. O espaço público era percebido como “meio estranho” ao universo feminino, o que não era impeditivo ao exercício de uma profissão. De modo mais extenso que os demais participantes da enquete, ele enumerou uma lista de profissões possíveis para as mulheres: medicina, farmácia, odontologia, telegrafia, telefonia, fotografia, ensino, comércio e indústria. No entanto, defendia que a formação superior, na área de saúde, deveria ser feita em uma escola de medicina, farmácia e odontologia exclusivamente destinada ao sexo feminino (*O Paiz* 10 de abril de 1906, p. 4). Não mencionou o direito, embora já desde o século XIX mulheres tivessem ingressado nas escolas de direito e a reivindicação de Myrthes de Campos para a filiação junto ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros ocupasse as páginas dos jornais diários da cidade. Encontram-se entre as cartas posições que tentavam conciliar a educação da mulher com a vida em família, a emancipação da mulher com a educação para o lar. Esta foi a atitude mais presente entre leitores e leitoras.

A carta enviada ao *Paiz* por Myrthes de Campos, em resposta ao posicionamento da cronista Carmen Dolores sobre a questão do plebiscito, indicia que não havia um consenso em relação à emancipação das mulheres nos meios letrados. A missiva de Myrthes, dirigida a Carmen Dolores, contesta a crônica, publicada em 8 de abril, no *Paiz*, na coluna dessa escritora, *A Semana*. A carta foi inserida na mesma edição em que se publicou a seção sobre o plebiscito da educação da mulher (*O Paiz*, 22 de abril de

1906). Era “uma resposta à questão apresentada pelo Paiz” sobre o “interessante problema da educação da mulher”. Não resta dúvidas de que se tratava da carta mais contestadora do plebiscito (e publicada fora de sua seção, em tamanho superior a todas as outras cartas).<sup>10</sup> Alfinetou a posição de Carmen Dolores sobre a proeminência do papel da mulher como esposa e mãe, ao qual ela se submeteria voluntariamente, lembrando que “a hábil pena da fina cronista (...) muito poderá fazer em prol da libertação da mulher”, não esquecendo de enfatizar que “mesmo no sexo forte já há espíritos liberais e cultos, que procuram abrir mão de suas prerrogativas, para corrigir a injustiça dos costumes, proclamando a emancipação da mulher.” Destacou que as “próprias colunas do Paiz já sustentaram brilhantes artigos de defesa da nossa difícil causa”. Combateu a visão dominante nas cartas do plebiscito sobre a necessidade de um preparo especial para o casamento e associou a imagem da mulher protegida à restrição de liberdade e à sua subordinação (*O Paiz*, 22 de abril de 1906, p. 7).

Os textos das duas colaboradoras são importantes para assinalar as diferentes concepções sobre o feminismo em circulação na imprensa carioca no período, bem com as disputas nesse campo. Carmen Dolores, a despeito de ver no casamento o destino da mulher brasileira, por conta dos costumes e tradições, ponderou que toda mulher deve contar consigo mesma, pois que, “as abandonadas, viúvas ou celibatárias, devem lutar pela existência”, condições nada excepcionais naquela sociedade (*O Paiz*, 8 de abril de 1906, p. 1). Ela própria, que seguiu o caminho do casamento e da maternidade, adotou as letras como profissão, enfrentando preconceitos, descritos em sua coluna no *Paiz*.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Concordamos com o alerta de Garzoni (2012, p. 34) de que essas mulheres que se destacaram na imprensa, suas ideias e lutas, não podem ser vistas como “excepcionalidades” dissociadas de seu tempo, e sim, em articulação com “os diálogos estabelecidos com seus contemporâneos”.

<sup>11</sup> De acordo com Soihet (2004), Carmen Dolores assumiu posição contrária a algumas reivindicações do movimento feminista, especialmente quanto ao direito do voto, considerando inútil a incorporação feminina à política, uma posição radicalmente oposta à de Myrthes de Campos, que lutou pelo direito ao voto e à participação política das mulheres.

Na mesma edição do *Paiz* em que o texto de Myrthes de Campos foi publicado (22 de abril de 1906, p. 8), outras duas cartas vieram ao encontro das posições mais libertárias em relação à mulher, no que concerne ao seu acesso à educação e ao trabalho. A “sincera admiradora”, assinada *Rata*, iniciou a carta manifestando simpatia pelo jornal por conta do combate que tem travado em prol das campanhas humanitárias, especialmente a da emancipação da mulher. Defendeu o alargamento das atividades a serem exercidas pelas mulheres, para além de lavar, passar, cozer e o magistério. Para tal, era obrigação dos pais garantir que suas filhas aprendessem uma profissão na luta contra a pobreza. Seguiu com uma crítica dura contra os preconceitos relativos à mulher trabalhadora, como o de sua masculinização e imoralidade. O que incomodava “essa gente” era principalmente a perda da submissão, afirmava a autora.

*Vera*, a “constante leitora”, se apresentou em sintonia com as duas cartas anteriores sobre a emancipação da mulher, a qual deveria “exercer uma profissão para manter-se e proteger aos necessitados sem precisar de dar satisfações aos pais ou marido”. Contestou pessoas, e entre elas, mulheres, que associavam emancipação à falta de moralidade. Compartilhou a visão de que o trabalho enobrece, bem como a bandeira feminista que relacionava trabalho/profissão com independência/liberdade. Fechou a carta temendo por seu “sonho”, visto que, de acordo com ela, “os homens (com raras exceções) querem que a mulher seja eternamente escrava, e nunca chegue a os igualar” (*O Paiz*, 22 de abril de 1906, p. 8).

O próprio plebiscito organizado pelo jornal *O Paiz*, como outras enquetes realizadas pelas folhas cariocas, era expressão das lutas pela emancipação feminina, expressão então tomada, especialmente, no sentido da maior inserção das mulheres no espaço público. O acesso à imprensa, mesmo com base nos rituais de submissão engendrados por algumas leitoras ao iniciarem seus textos (e também leitores), possibilitou a manifestação de alguns dos anseios quanto às posições ocupadas por mulheres naquela sociedade, sobretudo as letradas, que vislumbravam na educação a possibilidade de obter autonomia, reconhecimento e ascensão profissional. Tal desejo de emancipação era evidente e pode ser observado mesmo entre os discursos de supostas missivistas que pareciam compartilhar com

o ideário hegemônico sobre a “superioridade intelectual” do sexo masculino. Como pertencente ao sexo de “fraco intelecto” apresentou-se a “leitora constante inconstante”, aparente moradora de uma suposta “Vila do Sapecado”. No entanto, ela não deixou de marcar o seu êxito como proprietária de uma sapataria muito popular em sua vila e de registrar sua posição em favor da independência da mulher pelo exercício de uma profissão. (*O Paiz*, 26 de abril de 1906, p. 3). Ou, como desabafou *Adelina Ramos*, enfasiada de ouvir louvores à sua virtude e beleza: “Preferia, porém, ter sido educada de modo a não lhe dar [ao marido] o direito de dizer que sem ele esta sua admiradora estaria às moscas” (*O Paiz*, 04 de abril de 1906, p. 3).

Outra participante do plebiscito fez uma defesa acirrada da profissionalização das mulheres, que, como seres racionais, poderiam exercer várias profissões, como as de médicas, dentistas, farmacêuticas, pintoras, esculturas, escritoras, advogadas... A carta de *Edla* tem claros indícios que ela acompanhava os debates sobre a mulher na imprensa quando, por exemplo, incluiu no rol das profissionais, as escritoras e as advogadas, presentes nos jornais. Demonstrou conhecer os embates em torno da filiação ao Instituto da Ordem dos Advogados e a atuação no campo jurídico da advogada *Myrthes de Campos* (*O Paiz*, 20 de abril de 1906, p. 3). Um fato interessante é que ela não mencionou a profissão de professora na sua lista. Esta era uma exceção em meio às contribuições ao plebiscito do *Paiz*, num momento em que o processo de feminização do magistério gerava intensas discussões, em virtude das medidas oficiais que privilegiaram o ingresso de indivíduos do sexo feminino na Escola Normal e de professoras nas escolas públicas primárias (UEKANE, 2016).

Na visão de muitos participantes da enquete\editores do periódico *O Paiz*, a educação feminina deveria permanecer circunscrita aos domínios do mundo privado, evitando a exposição pública das mulheres, especialmente àquelas submetidas à sagrada instituição do casamento. Não foi à toa que os debates sobre o divórcio mobilizaram leitoras e escritoras das folhas frente à iniciativa de *Marcílio Teixeira de Lacerda* de advogar por sua aprovação, na polêmica tese que apresentou no Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, em 1907. *Myrthes de Campos* participou

destes debates nas sessões do IOAB. O tema já tinha vindo a público por ocasião da apresentação de projetos de lei na Câmara em 1893 e no Senado em 1900 (GARZONI, 2012).

Não cabe neste espaço analisar a instituição do casamento sob o prisma das experiências de mulheres e homens, porém é pertinente apontar para as posições conflitantes, que, de um lado, anunciavam a condição de escravidão das mulheres casadas no país, e, de outro, reivindicavam a sua dedicação total ao marido e filhos. Como recursos discursivos, o emprego da metáfora da escravidão evidenciava a insatisfação de setores da sociedade (é bom lembrar que homens também a empregaram) com a indissolubilidade do casamento. Já a idealização de uma esposa educada para acompanhar o marido em suas necessidades – criando no lar um “refúgio amigo”, sem gritas emancipacionistas do “sexo fraco”, conforme pleiteou um certo leitor muito aborrecido com as cartas que propugnavam a independência da mulher – bem poderia indiciar o temor de que os tempos mudaram e, com o auxílio do periódico, não custava reforçar e tentar legitimar uma certa representação de mulher, portadora de uma “abnegação ilimitada” (*O Paiz*, 25 de abril de 1906, p. 3).

### Últimas palavras: “o perigo da inversão dos sexos”

A representação dos vencimentos das mulheres como renda subsidiária e, portanto, o seu trabalho como não necessário à sua subsistência foi recorrente entre os séculos XIX e XX, o que pode ter auxiliado na aceitação social do exercício do magistério feminino, como ocorreu nas cartas do plebiscito. Segundo Scott (1994), o trabalho de homens e mulheres possuía significados diferentes, discurso que produziu uma divisão sexual no mercado de trabalho, concentrando as mulheres em alguns empregos e não em outros. Para a autora, a presença das mulheres nos postos de trabalho gerou o problema do sentido da feminilidade e sua compatibilidade com o trabalho assalariado, tema que mais causou polêmica no plebiscito aqui analisado e muito discutido pelas colaboradoras femininas da imprensa

carioca. As posições não eram consensuais, mas tendiam a admitir a profissionalização da mulher desde que isso não afetasse seu papel de esposa e mãe.

Estavam em jogo representações sobre feminilidade e masculinidade, levando alguns participantes a recearem pela inversão de papéis e dos sexos, isto é, “a mãe como funcionário e o pai criando filhos”, conforme anunciou *Antonio Americo*, temendo uma “inversão completa da ordem natural das coisas” (*O Paiz*, 25 de abril de 1906, p. 3). A imagem da mulher de cartola, fraque, calças e bengala, dedicada a “clinar, construir, navegar, guerrear ou advogar”, pareceu aterrorizar certo leitor, dito assíduo e constante, que clamou a outro leitor mais condescendente: “Deixe a mulher no recanto do lar” (*O Paiz*, 25 de abril de 1906, p. 3).

Apesar das lutas e desafios que seriam, e ainda são hoje, enfrentados pelas mulheres para garantir a efetividade de seus direitos civis, sociais, políticos e sexuais no decorrer do “breve século XX” (HOBSBAWM, 1995), não podemos deixar de reconhecer a importância das experiências vividas por meninas e mulheres na luta pelo acesso à instrução formal e pela ampliação de oportunidades nos “mundos do trabalho”. Naquele contexto, proclamar discursos e difundir práticas de escolarização das meninas, visando o apoio ao trabalho das mulheres, representavam um importante rompimento com as visões tradicionais e uma nova percepção sobre as relações de poder e de gênero no tenso jogo de representações sobre a presença feminina nos ambientes de trabalho, fosse nas salas de aula, oficinas, fábricas, hospitais, tribunas e\ou na imprensa.

As expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto. De tal modo, se faz necessário diferenciar sexo e gênero no entendimento da construção dos papéis ideais de mulher e homem. Nesse sentido, para Melo (2013), o tornar-se homem é também um aprendizado, implementado social e historicamente por diferentes agências, tanto quanto o tornar-se mulher. As reações ao plebiscito do jornal *O Paiz*, de

homens e mulheres, leitores, leitoras ou editores, de certa forma, expressaram esses movimentos de reconstrução ou resistência às mudanças em curso das performances e comportamentos atribuídos aos sexos, intimamente relacionados às relações de gênero vigentes. As representações sobre o masculino estavam sendo confrontadas, revistas ou lutavam para a conservação de um tempo mítico imemorial, no imaginário social, em que os homens iam para as ruas e as mulheres permaneciam em casa.

\* \* \*

## Referências

- ABREU, M. C. Meninas perdidas. In: PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 289-316.
- ALMEIDA, J. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BARBOSA, M. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.
- BICALHO, F. O “bello sexo”: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. In: COSTA, A. O.; BRUSHINI, C. (Org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989.
- CHAMON, C. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora*. Tese (Doutorado em Educação), UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- CHAMON, M. *Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais. 1830-1930*. Tese (Doutorado em Educação), UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- FRACCARO, G. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho), UNICAMP, Campinas, 2016.
- GARZONI, L. C. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese (Doutorado em História Social), UNICAMP, Campinas, 2012.

- GOUVÊA, M. C. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GUIMARÃES, L. M. P.; FERREIRA, T. M. T. B. C. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 135-151, 1. sem. 2009.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora Fundação UNESP, 1997, p. 443-481.
- LOURO, G. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. *Teoria e Educação*, 6, p. 53-67, 1992.
- MARQUES, J. S. *O fio e os rastros da escolarização do Distrito Federal (1890-1906)* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- MELO, V. A. *Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)*. In: PRIORE, M; AMANTINO, M. *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- MELLO, M. T. C. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV, 2007
- MORGADE, G. *Mujeres en la educación*. Gênero y docencia en la Argentina (1870-1930). Buenos Aires: Miño y Davilla, 1997.
- MUNIZ, D. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, FINATEC, 2003.
- MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, n. 11, v. 1, p. 225-233, 2003.
- OLIVEIRA, K. R. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.
- PENA, M. V. J. *Mulheres e Trabalhadoras*. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PERROT, M. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PRIORE, M. *Ao sul do corpo*. Mulheres e maternidade no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO. *Distrito Federal* – realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.

- SCHETTINI, C.; POPINIGIS, F. Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. *Revista ArtCultura*, v. 11, nº 19, p. 57-74, jul.-dez., 2009.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOTT, J. W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SENA, F. Imprensa e instrução pública no império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 14, n. 1 (34), p. 73-97, jan./abr. 2014.
- SOIHET, R. História das mulheres: In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- SOIHET, R. Comparando escritos: Júlia Lopes de Almeida e Carmen Dolores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 423, p.77-95, 2004.
- SOIHET, R.; COSTA, S. G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. *Gragoatá*, n. 25, p. 29-49, 2ª sem. 2008.
- UEKANE, M. *Com o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz: uma análise da conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Recebido em 17 de outubro de 2017.  
Aprovado em 03 de dezembro de 2017.